

CADERNO DE ENCARGOS
PROGRAMA *HÁ FÉRIAS NA ESCOLA*
1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020



ESPINHO
CÂMARA MUNICIPAL



ER-0089/2015

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

Índice

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1.ª Objeto do procedimento	4
Cláusula 2.ª Contrato	4
Cláusula 3.ª Prazo de vigência do contrato	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	5
Cláusula 4.ª Obrigações principais do prestador de serviços	5
Cláusula 5.ª Forma de prestação do serviço	6
Cláusula 6.ª Objeto do dever de sigilo	6
Cláusula 7.ª Prazo do dever de sigilo	6
SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO	6
Cláusula 8.ª Preço contratual	6
Cláusula 9.ª Condições de pagamento	7
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 10.ª Penalidades contratuais	7
Cláusula 11.ª Força maior	8
Cláusula 12.ª Resolução por parte do contraente público	9
Cláusula 13.ª Resolução por parte do prestador de serviços	9
CAPÍTULO IV - SEGUROS	9
Cláusula 14.ª Seguros	9
CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	10
Cláusula 15.ª Foro competente	10
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS	10
Cláusula 16.ª Subcontratação e cessão da posição contratual	10
Cláusula 17.ª Comunicações e notificações	10
Cláusula 18.ª Contagem dos prazos	10
Cláusula 19.ª Legislação aplicável	10
CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS TÉCNICAS	11
Cláusula 20.ª Plano de colocação dos técnicos	11
Cláusula 21.ª Remunerações dos técnicos	11
Cláusula 22.ª Assiduidade e substituição dos técnicos	11
Cláusula 23.ª Horas	11
Cláusula 24.ª Horários das atividades	12
Cláusula 25.ª Locais de funcionamento das atividades	12
Cláusula 26.ª Acidentes envolvendo alunos	12
Cláusula 27.ª Recursos Materiais	12
ANEXOS	16

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

ANEXO A – Local da Prestação de Serviço	16
ANEXO B – Moradas e Telefone dos Estabelecimentos de Ensino	16

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | Objeto do procedimento

- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços para o “Programa *Há Férias na Escola*”, a ter lugar de 1 a 16 de setembro de 2020.
 - O serviço será prestado em estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho de Espinho.
 - A presente prestação de serviços contempla a programação, desenvolvimento e dinamização de atividades nos domínios da dança e expressão corporal, psicomotricidade, expressões artísticas e ciências, criatividade e motricidade.
 - A aquisição de serviços contempla material para atividades nos domínios desportivo, expressão plástica, jogos de tabuleiro, robótica, xadrez, ciências, outros.
- A prestação de serviços cumprirá com as especificações técnicas constantes no capítulo VII – cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos e respetivos anexos.
- O serviço prestar-se-á nos estabelecimentos de ensino mencionados no anexo A ou, se considerado necessário, fora do espaço escolar em outras instalações na área do concelho de Espinho.

Cláusula 2.ª | Contrato

- O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - O presente caderno de encargos;
 - A proposta adjudicada;
 - Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.ª | Prazo de vigência do contrato

O contrato produz efeitos a partir do dia da sua publicação no portal dedicado aos contratos públicos, Base (www.base.gov.pt) e até ao dia 16 de setembro de 2020, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SEÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Cláusula 4.^a | Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a. Obrigação de dinamizar as atividades e apresentar a planificação antes do início do programa, conforme especificações técnicas constantes no capítulo VII – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos e respetivos anexos;
- b. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias, através da ocupação educativa dos alunos, durante o prazo de vigência do contrato, nos termos regulamentares;
- c. Organizar a cooperação e coordenação técnica entre as partes na implementação e desenvolvimento das atividades, bem como a promoção das medidas necessárias à realização das mesmas;
- d. Disponibilizar todos os conteúdos e recursos necessários ao desenvolvimento do objeto do contrato;
- e. Assegurar a substituição dos técnicos que careçam de faltar, para que todas as horas previstas sejam efetivamente asseguradas;
- f. Zelar pelo cumprimento dos contratos que venham a ser celebrados com terceiros, nomeadamente a celebrar com os técnicos ou outros;
- g. Entregar à entidade contratante um relatório conclusivo de todas as atividades realizadas no prazo de vigência;
- h. Proceder ao recrutamento de técnicos, de acordo com o perfil exigido pelo tipo de serviço;
- i. Assegurar a vigilância no horário de recreio;
- j. Afetar todos os recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento e execução das atividades que não dependam das escolas e da entidade adjudicante;
- k. Prestar os serviços à entidade adjudicante, conforme as condições definidas neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- l. Comunicar antecipadamente às entidades adquirentes os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- m. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.

2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

Cláusula 5.ª | **Forma de prestação do serviço**

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, no mínimo, duas reuniões de coordenação com os representantes do Município de Espinho, uma antes do início das atividades e outra no final das atividades.
2. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos na execução do contrato.
3. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 6.ª | **Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Espinho, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª | **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de três anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SEÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ESPINHO

Cláusula 8.ª | **Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Espinho obriga-se a pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 9.^a | **Condições de pagamento**

1. A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Espinho, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município de Espinho das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.
3. As faturas deverão ser enviadas para o Município de Espinho – Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, Apartado 700, 4501-901 Espinho ou então através de correio eletrónico para o endereço contabilidade@cm-espinho.pt com a indicação do número de compromisso.
4. Em caso de discordância, por parte do Município de Espinho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 10.^a | **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Espinho pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a este contrato, até ao montante de €500,00 (quinhentos euros);
 - b. Pelo incumprimento total ou parcial das obrigações previstas no capítulo VII – cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos, o Município de Espinho poderá exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, calculada de acordo com a seguinte fórmula:
 - i. $P = Fh \times €100$ (cem euros), em que:
 - ii. P = ao valor da penalidade;
 - iii. Ff = ao número de horas em falta.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Espinho pode exigir-lhe uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Espinho tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Espinho pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Espinho exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª | **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO
			PS02-00-IMP-03 05

Cláusula 12.^a | **Resolução por parte do contraente público**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Espinho pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente nos seguintes casos:

- Desvio do objeto da prestação de serviços;
- Interrupção da prestação de serviços por facto imputável ao adjudicatário por período superior a cinco dias seguidos ou interpolados;
- Não cumprimento das Cláusulas Técnicas que integram o presente caderno de encargos;
- Não cumprimento das obrigações principais previstas na Cláusula 4.^a do presente caderno de encargos.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 13.^a | **Resolução por parte do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 (sessenta) dias.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 15.^a.

3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Espinho, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV - SEGUROS

Cláusula 14.^a | **Seguros**

1. Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2. O Município de Espinho pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de cinco dias.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.ª | **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 16.ª | **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. É admitida a cessão da posição contratual.
2. A cessão da posição contratual depende de autorização, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 318.º, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.
3. É admitida a subcontratação.
4. A subcontratação depende de autorização, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 318.º devidamente conjugados com o estipulado no artigo 319.º do CCP, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do mesmo código.

Cláusula 17.ª | **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª | **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, obedecendo a sua contagem às regras previstas no artigo 471.º do CCP.

Cláusula 19.ª | **Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP – na sua redação em vigor) e demais legislação aplicável.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

CAPÍTULO VII – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 20.^a | **Plano de colocação dos técnicos**

1. Com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias em relação à data de início do Programa *Há Férias na Escola*, o adjudicatário deve entregar à Divisão de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Espinho e aos respetivos Agrupamentos de Escolas, em suporte digital, a lista de afetação dos técnicos, bem como todos os elementos biográficos a eles relativos, que incluam:

- Curriculum Vitae*, do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e profissionais, formação profissional e quaisquer outros elementos relevantes;
- Documentos comprovativos das habilitações académicas e da experiência de trabalho dos técnicos com crianças e jovens.

2. Sempre que se verifiquem alterações aos registos biográficos dos técnicos, o adjudicatário deverá comunicá-las imediatamente ao Município de Espinho e aos respetivos Agrupamentos de Escolas.

3. O adjudicatário fica obrigado a proceder, em articulação com os respetivos Agrupamentos de Escolas e o Município de Espinho, à substituição imediata dos técnicos, sempre que, de modo comprovado, se verifique a sua inadaptação ou incapacidade para desenvolver a sua atividade de forma adequada, quer sob o ponto de vista pedagógico quer no âmbito da relação pedagógica ou do sistema de inter-relações.

Cláusula 21.^a | **Remunerações dos técnicos**

O adjudicatário fica obrigado a cumprir com o valor das remunerações dos professores de acordo com o índice 126 da carreira docente.

Cláusula 22.^a | **Assiduidade e substituição dos técnicos**

1. Em caso de falta ou impedimento pontual do técnico, o adjudicatário terá de assegurar a sua substituição, sob pena de lhe poder ser exigido o pagamento de uma pena pecuniária, de acordo com o previsto na Cláusula 10.^a do presente caderno de encargos.

2. Em caso de interrupção definitiva da atividade por parte do técnico, o adjudicatário terá de assegurar a sua substituição por outro, com o mesmo perfil.

3. Na situação referida no número anterior, o adjudicatário fica obrigado a informar, de imediato e por escrito, a direção dos respetivos Agrupamentos de Escolas e o Município de Espinho, bem como a proceder à entrega do respetivo certificado de habilitações do técnico, nos termos do disposto no n.º 1 da Cláusula 19.^a das Cláusulas Técnicas do presente caderno de encargos.

4. O adjudicatário deverá preencher um Mapa de Assiduidade, de acordo com minuta a fornecer posteriormente ao adjudicatário, o qual deverá ser conjuntamente confirmado pela Coordenação da Escola e pela Divisão de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Espinho.

Cláusula 23.^a | **Horas**

1. A prestação de serviços englobará um total de **504 horas estimadas**.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

2. Atividades nos domínios da Dança e Expressão Corporal, Psicomotricidade, Expressões Artísticas e Ciências, Oficinas de Criatividade e Motricidade.

3. Durante o período de vigência do contrato, o número total de horas indicado no n.º 1 da presente cláusula poderá sofrer alterações devido a eventuais necessidades de reformulação das atividades.

4. As ofertas previstas no n.º 2 da presente cláusula, bem como a sua duração semanal, sob proposta do município e dos agrupamentos de escolas, poderão sofrer alterações.

Cláusula 24.^a | **Horários das atividades**

Escolas	Horário Atividades
EB n.º 2 de Espinho	9h00 – 12h00 / 14h00 – 18h00
EB Silvalde	9h00 – 12h00 / 14h00 – 18h00
EB Paramos	9h00 – 12h00 / 14h00 – 18h00
EB n.º 3 de Espinho	9h00 – 12h00 / 14h00 – 18h00
EB Anta	9h00 – 12h00 / 14h00 – 18h00
JI Guetim	9h00 – 12h00 / 14h00 – 18h00
EB Guetim (juntamente com o JI Guetim)	9h00 – 12h00 / 14h00 – 18h00

Cláusula 25.^a | **Locais de funcionamento das atividades**

As atividades decorrerão nas escolas, em espaços da comunidade ou outros locais que apresentem melhores condições ao seu desenvolvimento.

Cláusula 26.^a | **Acidentes envolvendo alunos**

1. Os acidentes ocorridos no local e durante as atividades, bem como em trajeto para e de volta desta, ainda que realizada fora do espaço escolar, nomeadamente no âmbito de parcerias, serão cobertos pelo seguro escolar, nos termos legais.

2. O técnico deverá comunicar de imediato os acidentes ocorridos nas condições descritas no número anterior ao coordenador do respetivo estabelecimento de ensino ou, ainda, à Direção do Agrupamento de Escolas.

Cláusula 27.^a | **Recursos Materiais**

1. É da responsabilidade do adjudicatário disponibilizar aos alunos e técnicos todo o tipo de manuais, jogos, documentos, equipamentos e materiais que sirvam de suporte ao desenvolvimento das atividades.

2. As escolas deverão ser equipadas com os seguintes materiais para o desenvolvimento das atividades:

2.1. Um kit por escola para ATIVIDADE NO DOMÍNIO DESPORTIVO contendo nomeadamente

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

Cones/sinalizadores;
 Bolas de futebol;
 Bolas de basquetebol ou minibasquetebol;
 Bolas de andebol;
 Balões/bolas de iniciação ao voleibol;
 Arcos;
 Jogos tradicionais;
 Kits de badmington (redes, volantes e raquetes)
 Kits de tiro com arco;
 Coletes;
 Cordas;
 Colchões/tapetes.

2.2. Um kit por escola para ATIVIDADE NO DOMÍNIO da Expressão Plástica contendo nomeadamente

Papel variado em cores e gramagem e tamanho;
 Tintas e aguarelas;
 Pincéis;
 Paletas;
 Lápis de cor;
 Marcadores;
 Lápis de cera;
 Guache;
 Afias;
 Borrachas;
 Lápis de carvão;
 Colas variadas;
 Fita-cola;
 Massa de moldar ou barro;
 Cartolinas e cartões;
 Papel EVA de tamanho e cor variadas;
 Papel de cenário;
 Clips, attachés e pioneses;
 Papel vegetal, lustro, crepe e outros.

2.3. Um kit por escola para ATIVIDADE NO DOMÍNIO dos jogos de tabuleiro contendo nomeadamente

Jogos de cartas variados (cartas normais, uno e outros);
 Dominó;
 Puzzle 2D e 3D;
 Damas;
 Jogos de construção;
 Quem é quem;

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

Jogos de raciocínio;
 Monopólio e outros jogos de sociedade;
 Trivial júnior e outros jogos de cultura geral;
 Outros jogos de tabuleiros.

2.4. Um kit por escola para ATIVIDADE NO DOMÍNIO da Robótica contendo nomeadamente

Robô DOC;
 Robô MIND;
 Robô Rato ou Joaninha;
 Pistas variadas;
 Pilhas;
 Outros robôs;
 Materiais de construção maker (paus de gelado, elásticos, pilhas 9V, leds, fita de cobre, pistola de cola quente, etc.);
 Robô Croc;
 Laboratórios criativos;
 Vários modelos de construção.

2.5. Um kit por escola para ATIVIDADE NO DOMÍNIO do xadrez contendo nomeadamente

Murais magnéticos de xadrez;
 Tabuleiros de xadrez;
 Conjuntos de peças;
 Relógios programáveis para vários ritmos de jogo;
 Manuais de xadrez.

2.6. Um kit por escola para ATIVIDADE NO DOMÍNIO das Ciências contendo nomeadamente

Kits de ciência e experiências variados;
 Corantes, reagentes e líquidos variados;
 Farinha e vinagre;
 Bicarbonato de sódio;
 Limão e leite;
 Massa de moldar;
 Pilhas, paus de gelado e de espeto;
 Colas e fita-colas;
 Elásticos;
 Pistola de cola quente;
 Leds e outras fontes luminosas;
 Fita de cobre e outros condutores.

2.7. Outros recursos materiais que sejam necessários pontualmente para contextos específicos.

2.8. Todos os materiais pedagógicos deverão ser assegurados pelo adjudicatário.

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO
			PS02-00-IMP-03 05

2.9. O adjudicatário será responsável pela disponibilização de conteúdos e recursos didáticos aos técnicos responsáveis pela dinamização das atividades nas diferentes áreas, nomeadamente:

- a. Disponibilização dos recursos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades propostas;
- b. Articulação com o Município de Espinho e Agrupamentos de Escolas sobre utilização de recursos, pessoal e infraestruturas com vista ao desenvolvimento das atividades.

3. O adjudicatário poderá recorrer aos materiais didáticos existentes no estabelecimento de ensino, sempre que o solicitar atempadamente.

4. O adjudicatário fica responsável pela correta utilização e conservação de todo o equipamento que para o efeito lhe seja cedido pelo Município de Espinho, ou pelos estabelecimentos de ensino, correndo por sua conta as perdas e danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal, sendo também da sua responsabilidade os custos inerentes à utilização negligente de todo o equipamento posto à sua disposição, incluindo os danos a terceiros.

5. Os técnicos afetos às atividades deverão, impreterivelmente, registar a assiduidade dos alunos em “livro de ponto digital” inserido numa plataforma *online*.

Espinho, 21 de agosto de 2020

O Presidente da Câmara,



Joaquim Pinto Moreira
PRESIDENTE DA CÂMARA
Nº Func.:1595 21-08-2020
Assinatura Digital Qualificada

	CADERNO DE ENCARGOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		
	NOME DO PROCEDIMENTO	PROGRAMA HÁ FÉRIAS NA ESCOLA – 1 A 16 DE SETEMBRO DE 2020	
	NIPG	NIPG 8756/20	
	UNIDADE ORGÂNICA	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	CODIFICAÇÃO PS02-00-IMP-03 05

ANEXOS

ANEXO A – Local da Prestação de Serviço

Freguesia em que a Escola está localizada	Estabelecimento de Ensino
União das freguesias de Anta/Guetim	Escola Básica de Anta
	Escola Básica n.º 3 de Espinho
	JI Guetim
	Escola Básica de Guetim (no JI Guetim)
Freguesia de Espinho	Escola Básica n.º 2 de Espinho
Freguesia de Silvalde	Escola Básica de Silvalde
Freguesia de Paramos	Escola Básica de Paramos

ANEXO B – Moradas e Telefone dos Estabelecimentos de Ensino

Estabelecimento de Ensino	Morada	Telefone
Escola Básica de Anta	Rua das Escolas, 4500-130 Anta	227321348
Escola Básica de Paramos	Travessa dos Loureiros, 4500-542 Paramos	227313212
Escola Básica de Silvalde	Estrada Nacional 109, 4500-603 Silvalde	227313172
Escola Básica n.º 2 de Espinho	Rua 27, 4500-000 Espinho	227319596
Escola Básica n.º 3 de Espinho	Rua 32-A, 4500-311 Espinho	227325139
Escola Básica de Guetim	Rua 25 de Abril, 4500-402 Guetim	227343018
Jardim de Infância de Guetim	Rua Luís de Camões n.º 114, 4500-410 Guetim	227347656